



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

## **PROVA OBJETIVA PARA ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL EM TUCURUÍ**

- Data de aplicação: 25/09/2022.
- Vinculada ao **EDITAL DE SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIO N. 02/2022, DE 18 AGOSTO DE 2022.** (processo SEI n.0007879-50.2022.01.8010).
- Quando autorizado, confira se este caderno de prova contém vinte questões objetivas com quatro alternativas cada e uma questão discursiva.
- Você pode levar o caderno de questões quando faltar uma hora para o encerramento da prova. Caso não queira levar, o caderno ficará disponível no balcão de atendimento da Subseção e no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/selecao-de-estagiarios/subsecao-judiciaria-de-tucurui/subsecao-judiciaria-de-tucurui.htm>
- O uso de aparelhos eletrônicos ou a realização de comunicação entre os candidatos implicará na imediata desclassificação do certame, bem como poderá ter reflexos criminais.
- Caso necessite beber água ou ir ao banheiro, ou ainda qualquer tipo de ajuda que não seja relacionada ao conteúdo da prova, levante a mão e aguarde atendimento por um fiscal.

Boa prova!

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**1. Em relação ao texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana consiste em:**

- a) direito individual e coletivo.
- b) direito e garantia fundamental.
- c) fundamento da República.
- d) objetivo fundamental.

**2. Determinada lei municipal reserva a pessoas negras 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Municipal. Tal norma jurídica visa à preservação do seguinte direito fundamental:**

- a) Isonomia
- b) Livre exercício de emprego ou profissão.
- c) Livre manifestação do pensamento.
- d) Liberdade de consciência e de crença

**3. Marque a alternativa correta.**

- a) Em razão do princípio da autodeterminação dos povos e do postulado da independência das nações, apenas aos brasileiros natos é assegurada a inviolabilidade do direito à liberdade e à propriedade.
- b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo condicionada a de caráter paramilitar à aprovação dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados ou dos Municípios.
- c) A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção.
- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao

proprietário indenização ulterior, se houver dano.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**4. Assinale a alternativa que lista somente princípios explícitos do direito administrativo brasileiro.**

- a) Honestidade • capacidade
- b) Honestidade • competência
- c) Ilegalidade • pessoalidade
- d) Legalidade • impessoalidade

**5. Na seara dos poderes administrativos, o poder de polícia é instituto de grande relevância na sistemática do Direito Administrativo. Sobre a matéria, assinale a alternativa correta.**

- a) O fundamento jurídico para o exercício do poder de polícia é o princípio da preponderância do interesse público sobre o particular, que dá à Administração posição de hegemonia sobre os administrados.
- b) São exemplos de atos da polícia administrativa fiscalizadora, a dissolução de uma reunião subversiva e o fechamento de estabelecimento comercial aberto sem observância das regras sanitárias.
- c) No tocante aos atributos do poder de polícia, pode-se dizer que são vinculados e que possuem autoexecutoriedade e coercibilidade.
- d) A polícia administrativa repressiva pode ser exercida por meio de atos normativos, como regulamentos e portarias, que são disposições que delimitam a atividade do particular.

**6. A respeito do instituto jurídico das autarquias, é correto afirmar:**

- a) em razão da descentralização que enseja a criação da autarquia, fica afastada a responsabilidade do Estado por eventuais danos gerados por essas pessoas jurídicas.
- b) os contratos realizados pela autarquia seguem o regime jurídico administrativo, razão

pela qual gozam da prerrogativa das cláusulas exorbitantes, não extensíveis aos contratados.

c) as autarquias submetem-se ao controle externo realizado pelos Tribunais de Contas e pelo Poder Judiciário, mas não podem ser objeto de controle externo pelo cidadão, via ação popular.

d) o controle externo sobre uma autarquia não pode ser feito pela entidade da Administração Direta que a criou, pois não é subordinada a nenhum órgão do Estado.

## DIREITO CIVIL

### 7. De acordo com o Código Civil, a incapacidade das pessoas menores de dezoito anos:

a) cessará pela morte de ambos os pais.

b) é sempre absoluta em qualquer caso.

c) é sempre relativa.

d) cessará pela colação de grau em curso superior.

### 8. Segundo o Código Civil, não corre a prescrição:

a) contra os cônjuges, na constância da sociedade conjugal, exceto, se casados no regime de separação de bens.

b) entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar.

c) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas em tempo de guerra ou paz.

d) contra os ausentes do país.

## PROCESSO CIVIL

### 9. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O primeiro despacho torna prevento o juízo.

b) A sentença torna prevento o juízo.

c) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

d) A concessão da tutela de urgência torna prevento o juízo.

### 10. No que tange aos prazos para a prática de atos processuais, estabelecidos pelo CPC:

a) Será aplicado o cômputo de dias contínuos se não houver feriado.

b) Na contagem de prazo em dias, estabelecido em lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

c) O cômputo em dias úteis se aplica aos prazos convencionados em acordo ou transação firmado entre as partes processuais.

d) Na contagem de prazo em dias, estabelecido em lei ou pelo juiz, computar-se-ão os dias de forma contínua.

### 11. Caso a parte vencida não apresente recurso contra a sentença no prazo estipulado no Código de Processo Civil, será dada causa à preclusão:

a) temporal.

b) formal.

c) consumativa.

d) punitiva.

## DIREITO PENAL

### 12. Sobre a distinção entre inidoneidade absoluta e inidoneidade relativa, é correto afirmar que no(a):

a) crime impossível, a inidoneidade pode ser constatada a *posteriori*;

b) inidoneidade absoluta, a consumação ocorreria se o comportamento seguisse sem percalços alheios à vontade;

c) inidoneidade absoluta, uma situação apriorística elimina a possibilidade de consumação do delito;

d) tentativa relativamente inidônea, circunstâncias anteriores impedem a consumação do delito;

### **13. De acordo com o que estabelece o Código Penal,**

a) não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito.

b) entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.

c) é possível a invocação do estado de necessidade mesmo para aquele que tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

d) considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.

### **14. Segundo o Código Penal, o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime:**

a) surge em casos como estado de necessidades, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.

b) se dá quando o agente quis o resultado criminoso ou assumiu o risco de produzi-lo.

c) exclui o dolo, permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

d) ocorre quando alguém, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### **15. Acerca da ação penal, conforme prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.**

a) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

c) Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los.

d) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público e pelo investigado, facultada a assistência por defensor.

### **16. Tendo em conta as disposições do Código de Processo Penal, a respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.**

a) Instaurado o Inquérito Policial, tanto o investigado quanto a vítima poderão requerer diligências, que deverão ser, necessariamente, realizadas pela Autoridade Policial.

b) Nos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, a Autoridade Policial poderá requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicação que disponibilizem os meios técnicos adequados que permitam a localização da vítima.

c) A Autoridade Policial não pode determinar o arquivamento do Inquérito Policial, sendo certo que uma vez arquivado por determinação da Autoridade Judicial, somente poderá iniciar novas pesquisas se houver notícias de provas novas.

d) Instaurado o inquérito policial, a Autoridade Policial poderá requisitar de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada dados e informações cadastrais da vítima e de suspeitos, independentemente do crime investigado.

### **17. No que toca aos fundamentos da prisão preventiva, é correto afirmar que se justifica a decretação de prisão:**

a) quando da existência, por si só, de condições pessoais desfavoráveis;

b) de maneira automática após o descumprimento de medida cautelar alternativa;

c) de membros de grupo criminoso como forma de interromper suas atividades;

d) pela repercussão social do delito, quando sopesada a sua gravidade em abstrato.

## **ROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

### **18. De acordo com a Lei nº 9.099/95:**

a) serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

b) poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público.

c) O maior de dezesseis anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

d) O mandato ao advogado não poderá ser verbal.

### **19. Constituído o crédito tributário, será ilegítima a execução fiscal contra**

a) os sucessores do devedor.

b) o fiador do devedor.

c) o avalista do devedor.

d) o espólio do devedor.

### **20. De acordo com a Lei 10.259/01:**

a) Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

b) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, não observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

c) O procedimento previsto na referida lei pode ser utilizado para apurar ato de improbidade administrativa quando valor da causa não superar a quantia de 60 salários-mínimos.

d) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é relativa.



***RASCUNHO GABARITO DO CANDIDATO***

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
1		6		11		16	
2		7		12		17	
3		8		13		18	
4		9		14		19	
5		10		15		20	





***GABARITO DEFINITIVO DO CANDIDATO***

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
1		6		11		16	
2		7		12		17	
3		8		13		18	
4		9		14		19	
5		10		15		20	

Número de inscrição do candidato: \_\_\_\_\_

*Ao final da prova, entregue esta folha ao examinador.*